

Que p 6

CONSTITUINTE

Acordo parcial nos direitos sociais

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

A menos de 24 horas do encerramento do prazo para apresentação de emendas, os grupos representativos na Constituinte fecharam um acordo parcial em torno dos temas mais polêmicos do projeto constitucional.

Apesar das várias reuniões, o "Centrão", o "Grupo dos 32" e o "Grupo dos 32" chegaram a um entendimento nas seguintes questões: horas extras, licença da gestante, jornada de trabalho e aposentadoria. Ficaram de fora a estabilidade, definição de empresa nacional, imprescritibilidade da ação trabalhista, bens da União, idade mínima para eleitor, entre outros.

Sem acordo, esses temas deverão ser apresentados separadamente pelos grupos, que encontram dificuldades para obter as 280 assinaturas que dão aos substitutos do projeto constitucional preferência automática para votação.

Sobre cerca de 80% do texto constitucional, há consenso. Depois de repas-

sarem artigo por artigo dos substitutos, os membros do "Centrão" e do "Grupo dos 32" reconhecem que suas propostas são semelhantes. As divergências estão sendo sanadas, informou a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), uma das líderes dos "32".

Como exemplo, citou a aceitação pelo "Centrão" da retirada de sua proposta destinando 1% da arrecadação do imposto sobre Produtos Industrializados, pela União, aos municípios portuários.

Jornada de trabalho fica em 44 horas semanais

O senador Virgílio Távora (PDS-CE) acredita que não haverá um acordo sobre o mandato do presidente José Sarney, sistema de governo e a inclusão do subsolo e dos recursos minerais

como bens da União. No resto há chances, disse.

Onde não houver acordo, o "Grupo dos 32", caso não obtenha as assinaturas necessárias, apresentará emendas individuais, explicou o senador. Onde houver acordo, as propostas aprovadas serão redigidas ainda hoje e anexadas às assinaturas previamente colhidas sobre textos preliminares. Na possibilidade de eventual divergência sobre esses textos, o grupo apresentará destaques, explicou Távora.

Para o grupo do texto, onde há consenso, o senador acredita que por via de um acordo de lideranças estas matérias possam ser votadas antecipadamente. Essa ideia também já foi proposta pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Os temas polêmicos ficarão para votação posterior. Com isso seria rapidamente aprovada grande parte da nova Carta, o que aceleraria os trabalhos da Constituinte, disse o senador.

Os grupos fecharam acordo em torno das seguintes questões:
• Jornada de trabalho —

O "Centrão" concordou em reduzi-la para 44 horas semanais;

• Licença gestante — O "Centrão" concordou em ampliar a sua duração de 90 para 120 dias;

• Horas extras — O "Centrão" aceitou que o pagamento seja no mínimo 50% superior ao do trabalho normal. Propunha pagamento em dobro;

• Proventos da aposentadoria — Serão fixados com base na média do salário de contribuição do último ano, garantido o seu reajuste pelo valor real, a forma de garantia será fixada em lei;

Não houve acordo ainda entre os grupos nos seguintes temas:

• Imprescritibilidade da ação trabalhista — O "Grupo dos 32" deseja que a prescrição ocorra em cinco anos. O "Centrão" quer reduzir para dois;

• Estabilidade — Os "32" propõem que haja uma relação de trabalho protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, na forma da lei. O "Centrão" propõe estabilidade após doze meses de trabalho no emprego e indenização cor-

respondente a um mês de salário por ano de serviço prestado.

• Bens da União — O "Grupo dos 32" mantém o texto da Constituição em vigor, que considera os recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica e o subsolo como bens da União. O "Centrão" os exclui da relação;

• Direito de greve do servidor público — O "Grupo dos 32" admite a greve, salvo no caso de serviço considerado essencial. O "Centrão" não admite a greve dos servidores;

• Composição da Câmara — Os "32" querem 60enta parlamentares por estado. O "Centrão" quer sessenta.

brado. O "Centrão" quer retirar a função de controlador da atividade econômica, dando prioridade à iniciativa privada.

• Definição de empresa nacional — Os grupos divergem até nas palavras a serem usadas nessa definição, se brasileira ou nacional. Os "32" propõem que seja empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente e exclusivo, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidade de direito público interno. O "Centrão" deseja que a definição fique como empresa brasileira a constituída sob as leis brasileiras e que tenha no País sua sede e administração.

• Idade mínima para eleitor — O "Centrão" não aceita a proposta do "Grupo dos 32" para reduzir para 16 anos.

• Aposentadoria dos magistrados — Os "32" mantêm a idade mínima para aposentadoria voluntária, 70 anos, o "Centrão" quer reduzir para 65.

• Conselho Nacional de Justiça — O "Grupo dos 32" quer manter esse órgão de fiscalização externa do Poder Judiciário. O "Centrão" não quer.

"Centrão" aceita estabilidade após 1 ano no emprego

Intervenção do Estado na economia — O "Grupo dos 32" propõe que cabe ao Estado ser o agente normativo e regulador da atividade econômica, estabelecendo as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equili-

AGENDA

Emendas individuais somam mais de 700

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Termina hoje o prazo para apresentação de emendas individuais e coletivas ao projeto constitucional. Até a tarde de ontem, a secretaria da Constituinte tinha recebido pouco mais de setecentas emendas individuais.

Os funcionários da secretaria esperam para hoje o volume maior de propostas. As emendas coletivas serão entregues também, hoje, devido às várias reuniões, havidas durante a semana, entre os diversos grupos que se formaram no plenário da Constituinte.

A próxima etapa será a apreciação das emendas pelo relator, que tem prazo de cinco dias, prerrogativa

por mais dois, para dar seu parecer. As emendas, que receberem parecer favorável, irão diretamente à votação. As demais, para serem apreciadas em plenário, necessitam de um pedido de destaque. Cada constituinte tem direito a seis pedidos de destaque.

Das emendas já apresentadas, as mais debatidas e conhecidas são as do deputado Epitácio Ferreira Lima (PMDB-PE), propondo o Parlamentarismo como sistema de governo, que já recebeu 225 assinaturas de apoio e a do deputado Ibaeto Pinheiro (PMDB-RS), propondo cinco anos de mandato ao presidente José Sarney. Até a noite de ontem, essa emenda havia recebido 281 assinaturas.

Aureliano Chaves diz que não vai lutar pelos cinco anos

por Andrew Greenless de Brasília

O ministro das Minas e Energia e presidente de honra do PFL, Aureliano Chaves, assegurou, ontem, que apesar de ser favorável ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, não pretende trabalhar pela proposta junto aos deputados e senadores.

"A decisão é da Constituinte", resumiu o ministro, classificando como "dado importante" a informação de que a emenda do deputado Mathues Ienseu (PMDB-PR) pelos cinco anos será votada com prioridade sobre as demais que tratam do mesmo assunto. Isso porque o texto já havia recebido, até ontem, 281 assinaturas, ou seja a mais do que o número necessário para a votação em preferência.

Já o presidente da Cons-

tituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, ao comentar a tramitação da emenda Ienseu, lembrou que, por tradição dentro do Congresso Nacional, o número de assinaturas nem sempre corresponde aos votos que a proposta receberá em plenário.

Aureliano Chaves, por sua vez, voltou a deixar claro que somente tomará uma decisão quanto a uma possível candidatura presidencial uma vez que a Constituinte defina o sistema de governo e o mandato de Sarney. O ministro tem dito que admite candidatar-se apenas no presidencialismo. Confirmou, também, que sairá do Ministério ao final dos trabalhos de elaboração da nova Carta Constitucional.

Apesar de reiterar a necessidade de se concluir a Constituinte antes de estu-

dar candidaturas, o próprio Aureliano ouviu seu nome ser colocado entre os "presidenciais" pelo senador Marco Maciel, presidente nacional do PFL. Segundo Maciel, Aureliano "é a opção liberal para o desafio eleitoral que vamos enfrentar logo após a Constituinte". Maciel, no contrário de Aureliano, vem defendendo o mandato de quatro anos para Sarney. As declarações de Aureliano e Maciel foram feitas durante a cerimônia de lançamento de um livro do presidente do PFL sobre o liberalismo.

No PMDB, continuava a coleta de assinaturas de membros do diretório nacional dispostos a apoiar uma autoconvocação para definir a posição do partido quanto ao mandato e do rompimento com o governo. O deputado Euclides Scalco, vice-líder do parti-

do na Constituinte, informou que estavam asseguradas, até ontem, 33 assinaturas das 41 necessárias para a convocação do diretório, formado por 180 membros. Scalco acredita que poderá concluir a coleta ainda hoje.

A agilização da Constituinte, os pontos polêmicos no texto da Comissão de Sistematização e a possível inversão da pauta — com votação em primeiro lugar do mandato presidencial e sistema de governo — serão os temas da reunião da bancada pemedebista, marcada para hoje, às 8 h. O nível de comparecimento e o andamento das discussões servirão para avaliar a sustentação do líder Mário Covas no interior de sua bancada. O senador paulista enfrenta a oposição dos pemedebistas ligados ao "Centrão".

Governadores mantêm divergências

por Rômulo Trindade do Rio

O governador mineiro Newton Cardoso não conseguiu o apoio público de seu colega fluminense, Wellington Moreira Franco, para a reunião de governadores do PMDB, que pretende realizar, no final deste mês, em Belo Horizonte. Ele e Moreira continuam divergindo também em relação à duração do mandato do presidente José Sarney.

Moreira mantém a posição favorável a um mandato de quatro anos, com eleições ainda em 1988, enquanto Cardoso defende a permanência de Sarney no Palácio do Planalto pelo prazo de cinco anos.

Após uma reunião de 55 minutos com Cardoso, ontem à tarde, no Palácio Laranjeiras, no Rio, em breve entrevista, Moreira disse haver "convergência" de opiniões entre ele e Cardoso sobre duas questões: a necessidade de acelerar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte — foi cunhado o slogan "Constituinte-já" — e a elaboração de um programa (plataforma) mínimo para ser seguido pelo futuro candidato do partido à Presidência da República. A importância da unidade partidária também foi ressaltada pelos dois governadores.

Em defesa de eleições presidenciais no ano que vem, Newton Cardoso disse que este ano, após a promulgação da nova Constituição, deve ser reservado para a adaptação das Constituições estaduais, ao novo texto constitucional, e para a elaboração da lei ordinária. "É muito difícil fazer tudo neste ano", afirmou, acrescentando não temer a

Articulação em Minas

por Yves Léon Winandy de Belo Horizonte

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso (PMDB), espera receber a visita do demais governadores de estados vinculados à sua legenda no próximo dia 28, em Belo Horizonte, e não 19, como chegou a ser noticiado.

A informação foi confirmada ontem pelo próprio governador mineiro. Para o próximo dia 29 está marcada uma reunião dos governadores da área do Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em Montes Claros, norte de Minas.

"Não houve nenhuma mudança de data no dia 19. Houve um engano por parte de alguém que anunciou esse reunião", afirmou o governador em entrevista concedida no hangar do governo, no aeroporto de Pampulha, pouco antes de embarcar para o Rio de Janeiro. De acordo com ele, esse data seria inviável "porque tenho que estudar, esta semana, o problema do funcionalismo público. Analisar, o aumento que vamos dar agora, no mês de janeiro. Por falta de tempo é que não vou fazer essa reunião no dia 19", afirmou.

Na mesma entrevista, Cardoso informou que amanhã deverá receber a visita, no capital do estado, do presidente do PMDB, do Congresso e da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Sua expectativa é de que, na ocasião, seja discutida a decisão do chamado "grupo histórico" do partido de insistir em eleições diretas para este ano, lançando um candidato de oposição ao presidente José Sarney.

reação popular por eleições presidenciais, "porque a população não precisa de eleições, mas sim de comida, escola, transporte e saúde".

A entrevista, concedida no "hall" do Palácio Laranjeiras, durou apenas cinco minutos. Moreira e Cardoso evitaram aprofundar os temas tratados na reunião, limitando-se a respostas formais. O governador mineiro, de carro, já havia deixado o Palácio Laranjeiras, quando os jornalistas perguntaram a Moreira se ele iria à reunião de governadores do PMDB que Cardoso pretende promover no próximo dia 28, em Belo Horizonte. "Trata-se de uma reunião da Sudene", respondeu Mo-

reira. Na verdade, a reunião da Sudene está programada para o dia 29 deste mês e Newton Cardoso tenta aproveitar a oportunidade para um novo encontro de todos os governadores pemedebistas, na véspera, com o objetivo de revigorar a defesa de cinco anos de mandato para o presidente Sarney, conforme foi deliberado — e consta da "Carta do Rio de Janeiro" — na reunião de governadores do partido realizada em 17 de outubro do ano passado, no Palácio Laranjeiras.

Antes do encontro com Moreira Franco, o governador mineiro participou do almoço mensal dos empresários fluminenses, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, onde, em entrevista coletiva, disse que a maioria dos governadores pemedebistas do Nordeste defende um mandato de cinco anos para o presidente Sarney. "Aíá, até aqui, estamos todos com cinco anos", disse Cardoso, referindo-se à "Carta do Rio de Janeiro". Na visão do governador de Minas Gerais, o governador paulista Orastes Quércia "está refletindo para a defesa de cinco anos", posição que ele considera majoritária na Constituinte, "como demonstra a adesão dos constituintes à proposta do 'Centrão' (referência à coleta de assinaturas para a apresentação de emenda desse grupo que fixa em cinco anos o mandato).

Emendas vão até a Europa e voltam

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Na tentativa de obter as 280 assinaturas para a apresentação de seu substitutivo ao projeto de Constituição o "Centrão" não poupa esforços.

O deputado Alvaro Valle (FL/RJ) assinou as onze emendas do grupo, na Europa. Encarregado de localizar os quase cem membros do grupo, que se ia viajando, o deputado Daso

Colmbra (PMDB/RJ) não pensou duas vezes quando soube que teria um porta-dor para levar as emendas até Valle. Esse mesmo portador retornou ontem com sua missão cumprida.

Para não ficar sem a assinatura de um senador, que na última votação importante para o "Centrão" se encontrava no meio do caminho entre Belém e Brasília — esse senador tem medo de avião e só vai à capital de seu estado de

carro até Belém e de lá segue por avião até Manaus —, Colmbra pediu a antecipação de seu retorno e pelas informações de que dispunha ontem o senador já havia ultrapassado a cidade de Araguaína, no norte de Goiás.

Não escapam sequer os parlamentares que se encontram nas pequenas cidades do litoral. Colmbra não hesita em telefonar ao posto policial local e pedir que encontrem o deputado.

A ideia tem dado resultado. Vários foram localizados e receberam, em mãos, as emendas do grupo.

Mesmo sem medir esforços, até o final da tarde de ontem o "Centrão" havia obtido 240 assinaturas. Colmbra, otimista, acredita ter as 40 restantes hoje. O mesmo entusiasmo não tem o deputado Gastão Righi (PTB/SP), que considerou difícil para o "Centrão" obter o número necessário de assinaturas.